

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO
ECONÔMICO S/A - FUNDAÇÃO ECOS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - FUNDAÇÃO ECOS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais (consolidado)
Demonstrações das mutações do patrimônio social (consolidado)
Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano de Benefício Definido
Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano de Contribuição Definida
Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefício Definido
Demonstrações do ativo líquido - Plano de Contribuição Definida
Demonstrações do plano de gestão administrativa (consolidado)
Demonstrações das provisões técnicas do Plano de Benefício Definido
Demonstrações das provisões técnicas do Plano de Contribuição Definida
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - Fundação ECOS
Salvador-BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - Fundação ECOS ("Fundação ECOS" e/ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - Fundação ECOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 17 de fevereiro de 2017. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação ECOS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ECOS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação ECOS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação ECOS.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação ECOS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação ECOS a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 02 de fevereiro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA


Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA - 17715/O-5

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Balanços patrimoniais

(Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Disponível		172	161	Exigível operacional	8	2.077	2.496
				Gestão Previdencial		1.192	1.718
				Gestão Administrativa		855	678
				Investimentos		30	100
Realizável		903.791	906.707	Exigível contingencial	9	4.943	5.222
Gestão Previdencial	4	135	156	Gestão Previdencial		4.943	5.222
Gestão Administrativa	5	216	679				
Investimentos	6	903.440	905.872	Patrimônio social	10	897.086	899.296
Títulos Públicos		570.452	627.770	Patrimônio de Cobertura do Plano			
Créditos Privados e Depósitos		76.098	86.802	Provisões Matemáticas			
Ações		37.391	37.153	Benefícios Concedidos		643.603	639.589
Fundos de Investimentos		160.605	93.799	Benefícios a Conceder		57.005	67.712
Investimentos Imobiliários		48.669	48.922			700.608	707.301
Empréstimos		10.222	11.423				
Outros Realizáveis		3	3	Equilíbrio Técnico		183.892	179.273
				Resultados Realizados			
Permanente	7	143	146	Superávit Técnico Acumulado		183.892	179.273
Imobilizado		143	146				
				Total de patrimônio de cobertura de plano		884.500	886.574
				Fundos		12.586	12.722
				Fundos Previdenciais		8.807	9.050
				Fundos Administrativos		176	177
				Fundos dos Investimentos		3.603	3.495
Total do ativo		904.106	907.014	Total do passivo e do patrimônio líquido		904.106	907.014

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações das mutações do patrimônio social

(Consolidada)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
A) Patrimônio Social - início do exercício	899.296	848.559	6
1. Adições			
(+) Contribuições Previdenciais	740	1.585	(53)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	87.201	122.711	(29)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	279	-	100
(+) Receitas Administrativas	6.572	6.299	4
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	45	57	(21)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	14	-	100
(+) Constituição de Fundos de Investimento	108	488	(78)
	94.959	131.140	(28)
2. Destinações			
(-) Benefícios	(90.539)	(74.059)	22
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(48)	-
(-) Despesas Administrativas	(6.630)	(6.296)	5
	(97.169)	(80.403)	21
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(2.210)	50.737	(104)
Acréscimo no patrimônio social			
(+/-) Provisões Matemáticas	(6.693)	33.917	(120)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	4.619	15.640	(70)
(+/-) Fundos Previdenciais	(243)	632	(138)
(+/-) Fundos Administrativos	(1)	60	(102)
(+/-) Fundos dos Investimentos	108	488	(78)
	(2.210)	50.737	(104)
B) Patrimônio social no final do exercício (A+3)	897.086	899.296	(0)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações das mutações do ativo líquido

(Plano de Benefício Definido)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	891.000	842.250	6
1. Adições			
Contribuições	387	832	(53)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	86.605	122.063	(29)
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	279	-	100
	<u>87.271</u>	<u>122.895</u>	<u>(29)</u>
2. Destinações			
Benefícios	(90.240)	(74.019)	22
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(48)	(100)
Custeio Administrativo	(58)	(78)	(26)
	<u>(90.298)</u>	<u>(74.145)</u>	<u>22</u>
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>(3.027)</u>	<u>48.750</u>	<u>(106)</u>
Provisões Matemáticas	(7.380)	32.496	(123)
Fundos Previdenciais	(266)	614	(143)
Superávit Técnico do Exercício	4.619	15.640	(70)
	<u>(3.027)</u>	<u>48.750</u>	<u>(106)</u>
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u><u>887.973</u></u>	<u><u>891.000</u></u>	<u><u>(0)</u></u>
C) Fundos não Previdenciais	3.746	3.641	3
Fundos Administrativos	143	146	(2)
Fundos dos Investimentos	3.603	3.495	3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações das mutações do ativo líquido

(Plano de Contribuição Definida)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	4.624	3.185	45
1. Adições			
Contribuições	429	848	(49)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	596	648	(8)
	<u>1.025</u>	<u>1.496</u>	<u>(31)</u>
2. Destinações			
Benefícios	(299)	(40)	648
Custeio Administrativo	(16)	(17)	(6)
	<u>(315)</u>	<u>(57)</u>	<u>453</u>
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>710</u>	<u>1.439</u>	<u>(51)</u>
Provisões Matemáticas	687	1.422	(52)
Fundos Previdenciais	23	18	-
	<u>710</u>	<u>1.439</u>	<u>(51)</u>
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u><u>5.334</u></u>	<u><u>4.624</u></u>	<u><u>15</u></u>
C) Fundos não Previdenciais	33	31	6
Fundos Administrativos	<u>33</u>	<u>31</u>	<u>6</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações do Ativo Líquido
(Plano de Benefício Definido)
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
1. Ativos	897.878	901.673	(0)
Disponível	111	153	(27)
Recebível	264	285	(7)
Investimento	897.503	901.235	(0)
Títulos Públicos	569.097	626.393	(9)
Créditos Privados e Depósitos	75.751	86.425	(12)
Ações	36.884	36.726	0
Fundos de Investimentos	156.877	91.343	72
Investimentos Imobiliários	48.669	48.922	(1)
Empréstimos	10.222	11.423	(11)
Outros Realizáveis	3	3	-
2. Obrigações	(6.159)	(7.032)	(12)
Operacional	(1.216)	(1.810)	(33)
Contingencial	(4.943)	(5.222)	(5)
3. Fundos não Previdenciais	(3.745)	(3.641)	3
Fundos Administrativos	(142)	(146)	(3)
Fundos dos Investimentos	(3.603)	(3.495)	3
4. Ativo Líquido (1-2-3)	887.974	891.000	(0)
Provisões Matemáticas	695.418	702.797	(1)
Superávit/Déficit Técnico	183.892	179.273	3
Fundos Previdenciais	8.664	8.930	(3)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	183.892	179.273	3
b) (+/-) Ajuste de Precificação	52.951	57.610	(8)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	236.843	236.883	(0)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações do Ativo Líquido
(Plano de Contribuição Definida)
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
1. Ativos	5.370	4.661	15
Disponível	2	6	(67)
Recebível	47	47	-
Investimento	5.321	4.608	15
Títulos Públicos	1.355	1.377	(2)
Créditos Privados e Depósitos	347	377	(8)
Ações	507	427	19
Fundos de Investimentos	3.112	2.427	28
2. Obrigações	(3)	(6)	(50)
Operacional	(3)	(6)	(50)
3. Fundos não Previdenciais	(34)	(31)	10
Fundos Administrativos	(34)	(31)	10
4. Ativo Líquido (1-2-3)	5.333	4.624	15
Provisões Matemáticas	5.190	4.504	15
Fundos Previdenciais	143	120	19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	177	117	51
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.616	6.356	4
1.1 Receitas			
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	74	94	(21)
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.426	6.133	5
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	71	70	1
Receitas Diretas	-	2	(100)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	45	57	(21)
Reversão de contingências	14	-	100
2. Despesas Administrativas	(6.631)	(6.296)	5
2.1 Administração Previdencial			
Pessoal e encargos	(2.205)	(2.073)	6
Treinamentos/congressos e seminários	(67)	(39)	72
Viagens e estadias	(10)	(15)	(33)
Serviços de terceiros	(430)	(489)	(12)
Despesas gerais	(493)	(306)	61
Depreciações e amortizações	(15)	(13)	15
Tributos	(368)	(356)	3
	(3.588)	(3.291)	9
2.2 Administração dos Investimentos			
Pessoal e encargos	(2.395)	(2.250)	6
Treinamentos/congressos e seminários	(71)	(62)	15
Viagens e estadias	(12)	(20)	(40)
Serviços de terceiros	(380)	(424)	(10)
Despesas gerais	(170)	(176)	(3)
Depreciações e amortizações	(15)	(13)	15
Outras despesas	-	(60)	(100)
	(3.043)	(3.005)	1
4. Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	(15)	60	(125)
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	(15)	60	(125)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	162	177	(8)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações das Provisões Técnicas (Plano de Benefício Definido) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Varição - %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	897.736	901.527	(0)
1. Provisões Matemáticas	695.418	702.798	(1)
1.1 Benefícios Concedidos	642.674	638.700	1
Benefício Definido	642.674	638.700	1
1.2 Benefícios a Conceder	52.744	64.098	(18)
Benefício Definido	52.744	64.098	(18)
2. Equilíbrio Técnico	183.892	179.273	3
2.1 Resultados Realizados	183.892	179.273	3
Superávit técnico acumulado			
Reserva de contingência	125.106	126.433	(1)
Reserva para revisão de plano	58.786	52.840	11
3. Fundos	12.267	12.425	(1)
3.1 Fundos Previdenciais	8.664	8.930	(3)
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.603	3.495	3
4. Exigível Operacional	1.216	1.809	(33)
4.1 Gestão Previdencial	1.190	1.713	(31)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	26	96	(73)
5. Exigível Contingencial	4.943	5.222	-
5.1 Gestão Previdencial	4.943	5.222	(5)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Demonstrações das Provisões Técnicas (Plano de Contribuição Definida) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	5.337	4.629	15
1. Provisões Matemáticas	5.190	4.503	15
1.1 Benefícios Concedidos	929	889	4
Contribuição Definida	929	889	4
1.2 Benefício a Conceder	4.261	3.614	18
Contribuição Definida	4.261	3.614	18
Saldo de contas - parcela patrocinador	1.291	1.171	10
Saldo de contas - parcela participantes	2.970	2.443	22
2. Fundos	143	120	19
2.1 Fundos Previdenciais	143	120	19
3. Exigível Operacional	4	6	(33)
3.1 Gestão Previdencial	2	4	(50)
3.2 Investimentos - Gestão Previdencial	2	2	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - Fundação ECOS ("Fundação ECOS" ou "Entidade") é uma Entidade fechada de previdência complementar - EFPC, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 21 de março de 1983 de acordo com a autorização de funcionamento concedida pela Portaria nº. 3.144 do Ministério da Previdência e Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 1983.

A Fundação ECOS obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e supervisão e fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154/09. A PREVIC é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Previdência Social, sendo responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e pela execução das políticas para o regime de previdência complementar operado por estas entidades. Adicionalmente, a Fundação ECOS atende às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando disciplinada pela Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, e alterações.

A Fundação ECOS é uma Entidade sem fins lucrativos, multipatrocinada, com recursos aplicados no país e no exterior e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão. A Fundação ECOS possui dois planos previdenciais: o Plano de Benefício Definido (BD) - instituído em 27 de dezembro de 1982; e o Plano de Contribuição Definida (CD) - instituído em 17 de junho de 2008.

Os recursos dos planos previdenciais são arrecadados mensalmente, aplicados no mercado financeiro, e, somados aos rendimentos auferidos, são revertidos em benefícios aos participantes de cada plano, desde que preenchidas as carências e parâmetros exigidos.

A Fundação ECOS tem como patrocinadoras as seguintes empresas:

- a) Plano de Benefício Definido: Econtrading S/A - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; Braskem Participações S/A; Braskem S/A; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoril Industrial S/A; CST - Expansão Urbana Ltda.; Agropecuária Senhor do Bonfim Ltda.; K.F. Agência de Viagens e Turismo S/A e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- b) Plano de Contribuição Definida: Econtrading S/A - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoral Industrial S/A; CST - Expansão Urbana Ltda.; Fazendas Reunidas Santa Maria; Aratu Empreendimentos e Corretagem de Seguros Ltda.; Refrigerantes da Bahia Ltda.; Petroalcool Revendedora de Combustíveis e Lubrificantes Ltda. e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A.

A Fundação ECOS, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o número 000271, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

- a) Plano de Benefício Definido: Plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 19.830.002-56 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no qual o valor do benefício é previamente definido. O fechamento do PLANO ECOS foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar através da portaria nº 982 de 19 de março de 2007. O Plano continua a funcionar normalmente, porém não são aceitas novas inscrições de participantes e patrocinadoras;
- b) Plano de Contribuição Definida: Plano de Contribuição Definida inscrito sob o nº 20.080.021-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no qual o valor do benefício é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão. O plano foi aprovado em 17 de junho de 2008.

	Quantidade			
	Plano de Benefício Definido		Plano de Contribuição Definida	
	2017	2016	2017	2016
Ativos	27	31	44	59
Autopatrocinados	80	86	4	7
Assistidos	728	726	2	1
Total	835	843	50	67

O Plano da Gestão Administrativa da Fundação ECOS foi constituído com base no Anexo C - Item 4 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação ECOS por meio da Resolução nº 12 de 21 de dezembro de 2009 e revisado em dezembro de 2010.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Fundação ECOS foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionam informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG nº 26.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou o item IV do Anexo "B" da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, referente à Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL). A alteração consiste, basicamente, na inclusão do valor de ajuste de precificação.

A escrituração contábil da Fundação ECOS atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

Consolidação das demonstrações contábeis

Por definição da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis denominadas de consolidadas estão representadas pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade e abrangem as demonstrações contábeis relativas aos seguintes planos: Plano de Benefício Definido, Plano de Contribuição Definida e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA.

3. Principais práticas contábeis

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, no Plano de Contribuição Definida, que são registradas pelo regime de caixa.

A Fundação ECOS observa as seguintes práticas contábeis:

3.1. Gestão dos recursos administrativos

Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da Fundação ECOS são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A Fundação ECOS utiliza a gestão segregada dos recursos administrativos registrados no Plano de Gestão Administrativa entre os planos de benefícios, significando que as sobras/insuficiências das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como a remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo são individualizados por plano de benefícios administrados pela Entidade. Desta forma, o fundo administrativo é contabilizado e controlado em separado por plano de benefícios, demonstrando as variações e o montante de cada um.

Custeio administrativo

Representa o valor líquido das importâncias transferidas para a gestão administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, para despesas exclusivamente de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos, e são rateadas respeitando as características de cada plano.

Critérios de rateio

Os critérios de rateio estabelecidos são objetivos e uniformes no decorrer do exercício social e em consonância com o planejamento orçamentário. As despesas administrativas, quando passíveis de rateio, seguem dois níveis:

- a) Por gestão: entre gestão previdencial e investimentos; e
- b) Entre planos: entre os planos de benefícios na proporção de seus patrimônios, regra aplicável apenas nos casos em que não se identifica as despesas próprias de cada um dos planos.

3.2. Estimativas atuariais e contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua e as revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com base no julgamento da Administração, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências, cujas expectativas de desfecho (ganho ou perda) foram definidas pela Administração da Entidade com o auxílio dos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

As avaliações atuariais da composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram efetuadas pelo consultor atuarial externo Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda.

3.3. Realizável - Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da Fundação ECOS relativos às contribuições das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados, exceto as contribuições de autopatrocinados do Plano de Contribuição Definida, que são registradas pelo regime de caixa.

3.4. Realizável - Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa.

3.5. Realizável - Investimentos

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos - realizável, segundo as duas categorias a saber:

- a) Títulos para negociação: títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício;
- b) Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo ainda considerados, pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

a) Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como "títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor, ou poderão ainda, ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

As aplicações em fundos de ações são avaliadas pelo valor da cota na data do balanço.

b) Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

c) Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

d) Outros realizáveis

Registra os valores aplicados em outras modalidades de investimentos, não especificados nos itens anteriores.

3.6. Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

3.7. Permanente

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas históricas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Softwares	20%

3.8. Exigível operacional

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações.

3.9. Exigível contingencial

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face à eventuais perdas, baseados na opinião dos consultores jurídicos da Fundação ECOS.

3.10. Patrimônio social

a) Patrimônio de cobertura do plano

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Para o Plano de Benefício Definido, a provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões. Já a provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições dos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

Para o Plano de Contribuição Definida, que está estruturado sob a forma de Contribuição Definida - CD, onde as contribuições de cada participante são transformadas em quotas patrimoniais, o valor da provisão matemática correspondente ao valor do patrimônio do fundo, excetuado o valor do fundo para o programa administrativo. A responsabilidade da Fundação ECOS na concessão de benefícios neste plano está limitada ao saldo de quotas de cada participante no fundo.

Equilíbrio técnico

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

A Entidade apurou a duration do passivo do plano em 7,90 anos em 2017 (7,99 em 2016). Desta forma, apurou-se o limite de 17,90% das provisões matemáticas à constituição de reserva de contingências em 31 de dezembro de 2017, sendo o excedente alocado à reserva especial para revisão do plano.

b) Fundos

Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

4. Realizável - gestão previdencial

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de benefício definido		
Contribuições normais do mês		
Patrocinadores	5	14
Participantes	1	8
Autopatrocinados	<u>5</u>	<u>6</u>
	11	28
Contribuições sobre 13º Salário	7	8
Contribuições normais em atraso		
Autopatrocinados	<u>1</u>	<u>2</u>
	1	2
Depósitos judiciais / recursais	<u>102</u>	<u>102</u>
Total do plano de benefício definido	<u>121</u>	<u>140</u>
Plano de contribuição definida		
Contribuições normais do mês		
Patrocinadores	8	6
Participantes	<u>6</u>	<u>10</u>
Total do plano de contribuição definida	14	16
Total da gestão previdencial	<u>135</u>	<u>156</u>

5. Realizável - gestão administrativa

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuições para custeio	138	647
Adiantamento de férias	32	7
Outros	<u>46</u>	<u>25</u>
Total	<u>216</u>	<u>679</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

6. Realizável - investimentos

São compostos pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de benefício definido		
Títulos públicos	569.097	626.393
Créditos privados e depósitos	75.751	86.425
Ações	36.884	36.726
Fundos de investimentos	156.877	91.343
Investimentos imobiliários	48.669	48.922
Empréstimos e financiamentos	10.222	11.423
Outros Realizáveis	3	3
Total do plano de benefício definido	<u>897.503</u>	<u>901.235</u>
Plano de contribuição definida		
Títulos públicos	1.355	1.377
Créditos privados e depósitos	347	377
Ações	507	427
Fundos de investimentos	3.112	2.427
Total do plano de contribuição definida	<u>5.321</u>	<u>4.608</u>
Plano de gestão administrativa		
Fundos de Investimentos	616	29
Total do plano de gestão administrativa	<u>616</u>	<u>29</u>
Total de investimentos	<u><u>903.440</u></u>	<u><u>905.872</u></u>

Administração e custódia dos investimentos

O Itaú Unibanco é a entidade contratualmente responsável pelo serviço de Custódia e Controladoria dos Ativos. Os títulos e valores mobiliários estão depositados em contas individualizadas nos sistemas de registro e de liquidação financeira e de ativos autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência, ou seja, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na CETIP S.A e na Bolsa de Valores (CBLC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

a) Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Com relação aos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, e Fundos de Investimentos, em cumprimento às Resoluções do CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005 e CGPC nº 21, de 25 de setembro de 2006, apresentamos abaixo a seguinte classificação:

	<u>Custo</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Títulos para negociação			
Plano de Benefício Definido			
Fundo de investimento multimercado	51.130	52.786	19.709
Fundo de direitos creditórios	-	63	312
Fundo de investimento Renda Fixa	21.521	22.450	11.910
Fundo de investimento participação /empresas emergentes	7.637	7.845	8.574
Títulos públicos federais - NTN-B	-	-	33.500
Total do plano	<u>80.288</u>	<u>83.144</u>	<u>74.005</u>
Plano de contribuição definida			
Depósito a prazo	100	181	377
Letra financeira	150	166	-
Fundo de investimento multimercado	850	911	540
Fundo de investimento renda fixa	1.483	1.827	1.629
Total do plano	<u>2.583</u>	<u>3.085</u>	<u>2.546</u>
Plano de gestão administrativa			
Fundo de Investimento Multimercado	613	616	29
Total do plano	<u>613</u>	<u>616</u>	<u>29</u>
Total dos Títulos para negociação	<u>83.484</u>	<u>86.845</u>	<u>76.580</u>

FUNDAÇÃO ECOS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Títulos mantidos até o vencimento	Custo	Vencimento			2017	2016
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
<u>Plano de benefício definido</u>						
Debêntures	13.200	-	-	22.197	22.197	22.574
Certificado de Recebíveis Imobiliário	4.354	-	-	7.580	7.580	8.170
Letras Financeiras	27.000	15.302	30.672	-	45.974	55.680
Títulos públicos - NTNB	256.367	9.369	74.783	369.230	453.382	440.308
Títulos públicos - NTNC	28.226	-	70.402	23.884	94.286	131.440
Títulos públicos - NTNF	22.555	-	-	21.429	21.429	21.145
Total	351.702	24.671	175.857	444.320	644.848	679.317
<u>Plano de contribuição definida</u>						
Títulos públicos - NTNF	-	-	-	-	-	110
Títulos públicos - NTNB	591	210	211	317	738	717
Títulos públicos - LTN	520	-	617	-	617	550
Total	1.111	210	828	317	1.355	1.377
Total dos títulos mantidos até o vencimento	352.813	24.881	176.685	444.637	646.203	680.694
Total dos títulos para negociação e dos títulos mantidos até o vencimento	436.297				733.048	757.274

Os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado, de acordo com metodologia de precificação adotada pelo custodiante (Itaú Unibanco), considerando a base de dados da ANBIMA e demais indicadores julgados relevantes, em consonância com as regras do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" estão mensurados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Fundação ECOS declara, fundamentada em estudo de macroalocação de recursos, realizado em dezembro de 2017, que possui capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Gestão de investimentos

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabeleceu novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do superávit (déficit), destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

Em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução PREVIC nº 19, tratou de questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico ou para utilização/destinação de superávit técnico.

O ajuste de precificação positivo, apresentado na Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefício Definido (DAL), no montante de R\$ 52.951 mil (R\$ 57.610 mil, em 2016), corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,75% ao ano), e o valor contábil.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste de precificação são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios concedidos e a conceder com o valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar a sua concessão e manutenção.

A Portaria PREVIC nº 80, de 26 de janeiro de 2018, disponibilizou a planilha "Cálculo Duração do Passivo e Ajuste de Precificação 31 de dezembro de 2017" para apuração da duração do passivo e do ajuste de precificação relativamente aos resultados referentes ao exercício de 2017 para ser utilizada pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e encaminhada para a PREVIC até a data de envio das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO ECOS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

O quadro abaixo apresenta, em 31 de dezembro de 2017, o detalhamento dos títulos públicos federais, segregados por natureza, vencimento e taxa de aquisição, que resultaram no ajuste de precificação:

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU Taxa de	PU	VLR	VLR	AJUSTE R\$ Mil
				Aquisição em 31/12/2017 R\$	Recalculado em 31/12/2017 R\$	Contábil 31/12/2017 R\$ Mil	Ajustado 31/12/2017 R\$ Mil	
NTN-B	6,343607	15/08/2018	3.023,00	3.096,66	3.125,25	9.361	9.448	86
NTN-B	6,201840	15/08/2020	14.259,00	3.089,20	3.193,57	44.049	45.537	1.488
NTN-B	6,518687	15/08/2020	10.000,00	3.067,09	3.193,57	30.671	31.936	1.265
NTN-B	6,110005	15/05/2023	3.755,00	3.047,41	3.235,21	11.443	12.148	705
NTN-B	8,299431	15/08/2024	1.600,00	2.766,63	3.314,03	4.427	5.302	876
NTN-B	8,752396	15/08/2024	20.000,00	2.705,65	3.314,03	54.113	66.281	12.168
NTN-B	6,427792	15/08/2026	1.632,00	3.022,96	3.364,95	4.933	5.492	558
NTN-B	4,500005	15/08/2030	6.000,00	3.532,86	3.456,91	21.197	20.741	-456
NTN-B	6,040001	15/08/2030	5.698,00	3.097,96	3.456,91	17.652	19.697	2.045
NTN-B	6,140011	15/08/2030	10.000,00	3.072,29	3.456,91	30.723	34.569	3.846
NTN-B	6,270006	15/08/2030	10.000,00	3.039,34	3.456,91	30.393	34.569	4.176
NTN-B	6,267323	15/05/2035	1.600,00	2.981,69	3.500,28	4.771	5.600	830
NTN-B	6,300507	15/05/2035	2.200,00	2.971,58	3.500,28	6.537	7.701	1.163
NTN-B	4,590002	15/08/2040	12.000,00	3.695,41	3.621,14	44.345	43.454	-891
NTN-B	6,410565	15/05/2045	5.496,00	2.909,34	3.632,52	15.990	19.964	3.975
NTN-B	4,630001	15/08/2050	10.000,00	3.794,35	3.725,36	37.944	37.254	-690
NTN-B	6,240440	15/08/2050	1.752,00	3.011,40	3.725,36	5.276	6.527	1.251
NTN-B	6,904860	15/08/2050	1.383,00	2.762,63	3.725,36	3.821	5.152	1.331
NTN-B	6,996651	15/08/2050	2.810,00	2.730,99	3.725,36	7.674	10.468	2.794
NTN-C	8,349999	01/04/2021	10.007,00	3.406,20	3.763,12	34.086	37.657	3.572
NTN-C	10,091223	01/04/2021	10.000,00	3.250,48	3.763,12	32.505	37.631	5.126
NTN-C	10,236063	01/04/2021	1.177,00	3.237,99	3.763,12	3.811	4.429	618
NTN-C	8,362805	01/01/2031	5.000,00	4.776,82	6.199,71	23.884	30.999	7.114
TOTAL =>						479.606	532.557	52.951

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

b) Ações e fundos de investimentos

	2017	2016
Plano de benefício definido		
Ações no mercado à vista	36.884	43.711
Fundo de Investimentos - Cotas de fundos de ações	73.733	50.838
Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa (*1)	(6.985)	(6.985)
Total do plano	103.632	87.564
Plano de contribuição definida		
Ações no mercado à vista	507	427
Fundo de Investimentos - Cotas de fundo de ações	374	257
Total do plano	881	684
Total	104.513	88.248

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

(*1): Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tem integralmente provisionado o montante equivalente aos recursos aplicados em ações de empresas relacionadas com o Banco Econômico S/A, o qual se encontra em liquidação extrajudicial, como segue:

Descrição	2017	2016
Banco Econômico S/A	4.715	4.715
IEP - Itapiracem Empreendimentos e Participações S/A	2.262	2.262
Outros	8	8
	<u>6.985</u>	<u>6.985</u>

A partir da publicação da Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008, as ações passaram a ser contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

c) Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos de aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens.

Ao final do exercício de 2017, existe saldo de R\$ 987 relativo a provisão referente a direitos creditórios (alugueis e IPTU) de liquidação duvidosa, conforme quadro abaixo:

Carteira	31/12/2016	Apurado em 2017	31/12/2017
Edificações - Locadas a terceiros	482	302	784
Participações - Shopping Center	190	13	203
Total	<u>672</u>	<u>315</u>	<u>987</u>

No exercício de 2017 não houve reavaliação, aquisição ou alienação de investimentos imobiliários.

7. Permanente (Plano de Gestão Administrativa)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Plano de gestão administrativa		
Móveis e Utensílios	15	14
Máquinas e Equipamentos	102	115
Computadores e Periféricos	15	8
Software	11	9
Total	<u>143</u>	<u>146</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

8. Exigível operacional

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Plano de Benefício Definido</u>		
Gestão Previdencial		
Benefícios a Pagar	4	9
Reserva de Poupança	117	113
Repasse custeio administrativo	138	643
Retenções a Recolher	932	949
	<u>1.191</u>	<u>1.714</u>
Investimentos		
Títulos Públicos	16	13
Investimentos Imobiliários	7	80
Empréstimos e Financiamentos	1	2
Relacionados com o Disponível	1	1
	<u>25</u>	<u>96</u>
Total do Plano de Benefício Definido	<u>1.216</u>	<u>1.810</u>
<u>Plano de Contribuição Definida</u>		
Gestão Previdencial		
Repasse custeio administrativo	-	4
Retenções a recolher	1	-
	<u>1</u>	<u>4</u>
Investimentos		
Créditos Privados e Depósitos	2	2
Total do plano de contribuição definida	<u>3</u>	<u>6</u>
<u>Plano de Gestão Administrativa</u>		
Gestão Administrativa		
Contas a pagar	667	519
Retenções a recolher	144	127
Tributos a recolher	36	26
Outras exigibilidades	9	6
	<u>856</u>	<u>678</u>
Investimentos		
fundos de investimentos	2	2
	<u>2</u>	<u>2</u>
Total do Plano de Gestão Administrativa	<u>858</u>	<u>680</u>
Total	<u><u>2.077</u></u>	<u><u>2.496</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

9. Exigível contingencial

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de Benefício Definido Gestão Previdencial . Provisão (*1)	4.943	5.222
Total do plano	<u>4.943</u>	<u>5.222</u>
Total consolidado	<u>4.943</u>	<u>5.222</u>

A Fundação ECOS constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas cuja previsão de desfecho seja avaliada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(*1) Provisões da gestão previdencial:

Valor correspondente a processo ajuizado por participante pleiteando revisões de benefícios.

Processos não provisionados

Tributos federais - CSLL

Com o advento da Medida Provisória nº 16, de 27 de dezembro de 2001, a partir de 01 de janeiro de 2002 foi conferida isenção da obrigação referente à CSLL às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Persiste, no entanto, ação judicial para que a União Federal se abstenha de tomar qualquer medida tendente a exigir das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com sede no Estado da Bahia, o recolhimento da CSLL sobre período anterior a janeiro de 2002. Conforme orientação do advogado responsável pelo acompanhamento do processo, cujo entendimento está suportado na jurisprudência, a Administração da Fundação ECOS mantém posicionamento de que as chances de perdas são remotas e, desta forma, nenhuma provisão foi registrada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

10. Patrimônio social

O Patrimônio Social apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Plano de benefício definido		
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benef. Def. Estrut. em Reg. Cap.	642.674	638.700
Benefícios a conceder		
Valor Atual dos benefícios futuros	56.207	67.931
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	(3.463)	(3.834)
	52.744	64.097
Total de provisões matemáticas	<u>695.418</u>	<u>702.797</u>
Superávit técnico acumulado		
. Reserva de contingência	124.480	126.433
. Reserva para revisão do plano	59.412	52.840
	183.892	179.273
. Fundos previdenciais	8.664	8.930
. Fundos de investimentos	3.603	3.495
	12.267	12.425
Total do plano de benefício definido	<u>891.577</u>	<u>894.495</u>
<u>Plano de Contribuição Definida</u>		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos		
Saldo de conta assistidos	929	889
. Benefícios a conceder		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	1.291	1.172
Saldo de contas - Parcela Participantes	2.970	2.443
Total provisões matemáticas	5.190	4.504
Fundos		
. Fundos Previdenciais	143	120
	143	120
Total do plano de contribuição definida	<u>5.333</u>	<u>4.624</u>
Plano de gestão administrativa		
Fundos		
Fundos Administrativos	176	177
Total do plano de gestão administrativa	<u>176</u>	<u>177</u>
Total do patrimônio social	<u>897.086</u>	<u>899.296</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

São utilizados os seguintes critérios para cálculo das provisões matemáticas de cada plano de benefícios:

a) Plano de Benefício Definido

Para o Plano de Benefício Definido as provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária. Em conformidade com a legislação em vigor é utilizado o Regime Financeiro de Capitalização e Método Atuarial Agregado dentre outras hipóteses e parâmetros previamente estabelecidos tais como: crescimento salarial, juros, inflação, taxa de mortalidade.

Abaixo descrevemos as hipóteses/parâmetros utilizadas na avaliação de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tábua de mortalidade:	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de entrada em invalidez:	IAPB-57 Fraca agravada em 70%	IAPB-57 Fraca agravada em 70%
Tábua de mortalidade de inválidos:	AT-49 masculina agravada em 50%	AT-49 agravada em 100%
Taxa de juros anual:	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Nível de inflação anual:	Nulo	Nulo
Crescimento salarial:	2% ativos	2% ativos

A Administração da Entidade entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores.

Distribuição de Superávit

Em fevereiro de 2017, baseados no Relatório do atuário Rodarte Nogueira - RN/ECOS nº 069/2017 e Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016 do Plano ECOS de Benefício Definido, o qual considera que o Plano ECOS BD possuía parcela de Reserva Especial para Revisão do Plano passível de distribuição em 2017, no montante de R\$ 30.031 mil, conforme parâmetros mínimos da legislação, foi distribuído o montante equivalente a 4 (quatro) benefícios perfazendo um total de R\$ 22.452 mil, sendo a distribuição na razão de R\$ 1.661 mil para participantes ativos/autopatrocinados e R\$ 20.791 mil para assistidos. Para os assistidos o valor foi pago em duas parcelas iguais nos meses de fevereiro e dezembro de 2017 e o valor dos ativos foi registrado em Fundo Específico Individualizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Conforme Relatório da Avaliação Atuarial relativo ao exercício de 2017 e em conformidade com a Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a duração apurada do Passivo do Plano ECOS foi de 7,90 anos (7,99 anos, em 2016). Sendo assim, o Superávit Técnico de 26,44% das Provisões Matemáticas, que correspondente a R\$ 183.892 mil, em 31 de dezembro de 2017, foi registrado da seguinte forma: 17,90% na Reserva de Contingência (R\$ 124.480 mil) e excedente de 8,54% em Reserva Especial para Revisão do Plano (R\$ 59.412 mil).

Em fevereiro de 2018, conforme consta da Ata 72ª da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, foi aprovada a distribuição do superávit, baseada na proposta da Diretoria Executiva, através da Resolução DIREX nº 02/18, esta por sua vez suportada pelo Relatório RN nº 001/2018/ECOS, de 02 de fevereiro de 2018, emitido pela Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária, o qual considera o montante de R\$ 36.474 mil passíveis de distribuição, com base nos parâmetros legais mínimos exigidos. A Diretoria Executiva apresentou proposta para distribuir o equivalente a 04 (quatro) benefícios, com base em janeiro de 2018, em duas parcelas iguais a serem pagas em fevereiro e em dezembro de 2018 a todos os participantes totalizando R\$ 22.467 mil, sendo R\$ 1.555 mil para os ativos e autopatrocinados e R\$ 20.912 mil para os assistidos.

b) Plano de Contribuição Definida

Para o Plano de Contribuição Definida são consideradas as particularidades de cada Participante, assim como a legislação específica e regulamento do plano.

c) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras entre o Custeio Administrativo adicionado ao rendimento dos recursos administrativos e as despesas administrativas.

11. Cobertura de seguro

É política da Fundação ECOS manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

12. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Fundação ECOS encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.